

ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA ELETRÔNICA: UM ESTUDO NOS PORTAIS ELETRÔNICOS DAS PREFEITURAS DO RECÔNCAVO BAIANO NO PERÍODO DE 2017 A 2021

Katiane da Silva Rodrigues¹; Julia Braga²

¹Graduanda em ciências contábeis (FAMAM); contabeis_katiane@outlook.com;

²Mestra em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (FAMAM); FAMAM; julia_bragas@hotmail.com

O conceito de Transparência na Gestão Pública é essencial ao direito de acesso a informação e com o surgimento da Lei complementar nº 131/2009, se tornou obrigatório a divulgação das informações públicas de forma decisiva para o exercício da democracia. O aperfeiçoamento dos portais eletrônicos de transparência proporciona aos governantes a oportunidade de ampliar caminhos de relacionamento com a população. Entende-se que quando há a participação da sociedade nas decisões de governo, consequentemente vai haver uma redução na prática da corrupção e má gestão. A Lei da Transparência surgiu com intuito em aperfeiçoar o Controle Social. A referida Lei ordena que todos tenham o direito de receber as devidas informações sobre todas as despesas e receitas dos órgãos públicos, em tempo real via internet, a partir dessa exigência, as esferas governamentais criaram os portais de transparência. Sendo assim o objetivo geral dessa pesquisa é analisar o índice de transparência dos portais eletrônicos das 33 Prefeituras do Recôncavo Baiano em relação ao cumprimento da Lei de Transparência. A metodologia a ser utilizada é caracterizada como descritiva e quantitativa com delineamento de estudo de caso. A coleta de dados será realizada nos portais eletrônicos de cada cidade, comparando as informações obtidas com os itens disposto no modelo de investigação ITFE (Índice de Transparência Fiscal e Eletrônica). Após a apuração, os resultados vão ser representados através de tabelas e gráficos. Por meio dos resultados espera-se contribuir com estudos que visam o acompanhamento da transparência das prefeituras e incentivo da participação popular como agente fiscalizador das ações dos gestores públicos. Possibilitando ao cidadão um parâmetro da situação do seu município com relação à divulgação de informações.

Palavras-chave: Transparência na gestão. Controle Social. Lei de Transparência.